

FACULDADE EVANGÉLICA DE JARAGUÁ

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

THATIANNE PINTO CAMARGO

**OS DESAFIOS ENCONTRADOS NA INSERÇÃO DA MULHER NO
AGRONEGÓCIO**

Jaraguá- 2018

THATIANNE PINTO CAMARGO

**OS DESAFIOS ENCONTRADOS NA INSERÇÃO DA MULHER NO
AGRONEGÓCIO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à banca examinadora do curso de Administração da Faculdade Evangélica de Jaraguá, como requisito parcial para a obtenção do título de Administrador.

Orientador (a):

Prof.(a) Ma. Janaíne Mônica de Oliveira Sousa

THATIANNE PINTO CAMARGO

**OS DESAFIOS ENCONTRADOS NA INSERÇÃO DA MULHER NO
AGRONEGÓCIO**

Trabalho de Conclusão de Curso DEFENDIDO e APROVADO em 25 de Junho de 2018, pela Banca Examinadora do Curso de Administração, constituída pelos membros:

Prof.(a) Ma. Janaíne Mônica de Oliveira Sousa
- Orientador (a) -

Prof.(a) Ms. João Pedro dos S. Pereira
- Membro Interno -

Prof.(a) Es. Francys Resstel Del Hoiyo
- Membro Interno -

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a meus pais e meus irmãos, em nome da força e orgulho demonstrado durante a confecção do mesmo e todo o trajeto dentro do curso.

SUMÁRIO

RESUMO	6
ABSTRACT	7
INTRODUÇÃO	8
1. A INSERÇÃO NA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO	9
1.1. HISTÓRIAS E A REVOLUÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO	9
1.2. ENTRADAS DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO	10
1.3. A EVOLUÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO	11
1.4. O PODER DA MULHER NO MERCADO	12
2. O AGRONEGÓCIO	14
2.1. O CONCEITO DE AGRONEGÓCIO. BREVE HISTÓRICO DA AGRICULTURA BRASILEIRA.	14
2.2. A IMPORTÂNCIA DO AGRONEGÓCIO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA	18
2.3. O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: CARACTERÍSTICAS E DESAFIOS	21
2.4. GESTÃO E INOVAÇÃO NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO	22
2.5. A SUCESSÃO FAMILIAR NO AGRONEGÓCIO.....	24
3. A INSERÇÃO DA MULHER NO AGRONEGÓCIO	27
3.1. MULHERES: DO TRABALHO RURAL À GESTÃO NO AGRONEGÓCIO	27
3.2. FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO	28
3.3. PERFIL DAS MULHERES GESTORAS	30
3.4. PERCEPÇÃO DAS MULHERES GESTORAS QUANTO ÀS DIFICULDADES ENFRENTADAS	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	36

RESUMO

OS DESAFIOS ENCONTRADOS NA INSERÇÃO DA MULHER NO AGRONEGÓCIO

Thatianne Pinto Camargo ¹
Janaíne Mônica de Oliveira Sousa ²

Este artigo trata sobre a inserção da mulher no agronegócio. Narra os principais desafios atingidos pelas mulheres gestoras ativos no agronegócio, as dificuldades da inserção nesse ramo e a noção delas quanto aos problemas relacionados no agronegócio. Desta maneira, a ferramenta a ser utilizada será o bibliográfico, o qual consiste na exposição do pensamento de vários autores que escreveram sobre o tema escolhido. Buscar-se-á dispor idéias, apresentação de posições, teorias e esclarecimentos a serem feitos de forma mais adequada e satisfatória possível. Foi utilizada como classificação metodológica qualitativa, e a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A inserção das mulheres no mundo do trabalho constitui-se em tema de grande interesse. Visto que, existem inúmeras reflexões sobre as condições do trabalho feminino e as diferentes formas de participação das mulheres neste espaço em variados pontos e em diferentes grupos sociais. Ainda assim, muito há que se dizer sobre as desigualdades entre homens e mulheres neste espaço tão valorizado nas sociedades capitalistas contemporâneas.

Palavras-chave: Agronegócios; Mercado de Trabalho; Mulher.

¹ Acadêmico do curso de Administração – Faculdade Evangélica de Jaraguá. E-mail: taticamargo4@hotmail.com

² Professor, titulação, orientador do curso de Administração – Faculdade Evangélica de Jaraguá. E-mail: monica.janaine@gmail.com

ABSTRACT

CHALLENGES FOUND IN WOMEN'S INSERTION IN AGRIBUSINESS

This article deals with the insertion of women in agribusiness. It narrates the main challenges faced by women managers active in agribusiness, the difficulties of insertion in this branch and the notion of them regarding the problems related in agribusiness. In this way, the tool to be used will be the bibliographical one, which consists in the exposition of the thought of several authors who wrote about the chosen theme. It will be sought to have ideas, presentation of positions, theories and clarifications to be made in the most appropriate and satisfactory way possible. It was used as a qualitative methodological classification, and the bibliographical research is developed from material already elaborated, consisting mainly of books and scientific articles. The inclusion of women in the world of work is a topic of great interest. Since there are many reflections on the conditions of women's work and the different forms of participation of women in this space in various points and in different social groups. Yet there is much to be said about the inequalities between men and women in this highly prized space in contemporary capitalist societies.

Keywords: *Agribusiness; Job market; Woman.*

INTRODUÇÃO

Neste trabalho trata-se sobre os desafios encontrados na inserção da mulher no agronegócio. Para tanto tornou-se necessário fazer um relato sobre os principais desafios afrontados pelas mulheres gestoras atuantes no agronegócio.

A atuação de mulheres no meio rural e do agronegócio como um todo não é novidade. Não é difícil se encontrar à frente das atividades e comando de suas fazendas esteja mulheres, sejam elas: mães e avós. Estas possuem uma forte relação com suas propriedades, pois não visam apenas um negócio, mas sim, um ponto essencial de sua vida e cultura.

As maiorias das mulheres atuantes nesse meio identificam uma vasta diferença entre elas e os homens na condução dos negócios. Isso porque, existe um pensamento de que os homens mostram mais segurança do lugar que ocupam e não precisam apresentar razões para seus argumentos ou defender seus conhecimentos na gestão do estabelecimento.

Vendo isso, as mulheres sabem que não devem tocar o negócio da mesma maneira e buscam sempre aprimorar seus conhecimentos, melhorando o seu desempenho na execução de suas atividades.

Não se pode negar que as mulheres encontram dificuldades constantemente, uma delas é na forma de lidar com seus respectivos funcionários. Pois, muitas das vezes, os mesmos, não levam em conta o que está sendo dito e pedido, porém, não deixam se abalar ou até mesmo de expressar suas vontades e, apesar de tudo que enfrentam diariamente, permitem-se serem otimistas em relação ao futuro.

1. A INSERÇÃO NA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

1.1. HISTÓRIAS E A REVOLUÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

Nos primórdios da humanidade, a partir do surgimento das relações familiares entre homens e mulheres, estas já nasciam e eram educadas com o perfil ideal, traçados sempre com a ideia de satisfazer os homens.

As mulheres deveriam ser mais educadas que instruídas, daí uma estrutura de ensino colocada em virtude e no sentimento gerador da imagem ideal da esposa e mãe.

As desigualdades em relação aos homens estavam aparentes principalmente no que diz respeito à educação. As mulheres, por exemplo, não podiam frequentar uma faculdade, isso era apenas direito para o masculino.

A introdução da mulher no mercado de trabalho deu-se com a I e II Guerras Mundiais quando, a maioria os homens iam para as batalhas e as mulheres assumiam os negócios da família e o lugar do homem no mercado de trabalho. (LESKINEN, 2004)

Com a consolidação do capitalismo inúmeras mudanças ocorreram na produção e na organização no trabalho feminino. Com o desenvolvimento tecnológico e o surgimento das fábricas, boa parte da mão de obra feminina, foi absorvida para dentro das fábricas.

Nessa época, os trabalhos das mulheres eram bastante utilizados porque tinham cuidado no que faziam, principalmente nas operações das máquinas. Os donos das fabricas preferiam as mulheres nas indústrias porque elas aceitavam salários inferiores aos dos homens.

Em razão disso as mulheres faziam jornadas de trabalho de 14 a 16 horas por dia, e com os salários baixos, trabalhando muitas vezes em condições precárias de saúde e cumprindo as obrigações além das que lhes eram possíveis, só para não perder o emprego.

A história da mulher no mercado de trabalho, no Brasil, tem sido fundamentalmente escrita com base em dois quesitos: a queda da taxa de fecundidade e o aumento no nível de instrução. Devido a estes dois fatores perceberam, passo a passo, a crescente inserção da mulher no mercado e a elevação da sua renda. (PINTO MARTINS, 2008)

Com a diminuição do número de filhos, as mulheres conseguem conciliar melhor o papel de mãe e trabalhadora.

A expectativa é de que neste século, pela primeira vez na história, as mulheres superem em número, os homens nos postos de trabalho. Essa alteração no comportamento das

mulheres, que aproveitam as oportunidades que lhes são apresentadas, com certeza tem causado um impacto singular no mercado de trabalho.

Rompendo assim uma forte estrutura, moldada pelos homens desde a Era Industrial. A mulher moderna de hoje, é corajosa e forte, busca cada dia se capacitar mais e nem de longe parece com aquelas que se sentiam realizados por trabalhar na linha de produção.

1.2. ENTRADAS DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

Em 1857, no dia 8 de março, 129 operárias de uma fábrica americana fizeram uma manifestação contra as más condições de trabalho e para a redução da carga horária, ocupando as instalações da indústria. Como forma de repressão ao movimento, seus patrões fecharam as portas da fábrica e atearam fogo nas operárias, as quais foram queimadas vivas. Segundo Carvalho (2013),

O dia ficou conhecido como o “Dia Internacional da Mulher Trabalhadora” a partir de 1910, na “conferência Internacional da Mulher Trabalhadora”, mas, somente em 1975, quando a ONU incluiu o dia 8 de março em seu calendário oficial de comemorações, foi que a data foi incorporada pelos diversos países do mundo, passando a ser conhecido como o “Dia Internacional da Mulher”. Logo, percebemos que a comemoração do dia da mulher está relacionada com sua entrada no mercado de trabalho, como se o ato de trabalhar fora de casa fizesse com que elas fossem mais percebidas e valorizadas pela sociedade. (Monica carvalho 2013, pag.164)

A entrada maciça de mulheres no mercado de trabalho foi marcada, segundo Betiol (2000), pela I Guerra Mundial, principalmente, no que se refere aos países diretamente com a guerra. Nessa época, as mulheres deixaram a convivência exclusiva no espaço privado para atuarem no espaço público como chefes de família, operárias de fabricas e até como auxiliares de exército, sem que isso fosse considerado prostituição.

Para a autora, essa entrada no espaço público trouxe experiências significativas de liberdade e de responsabilidade para essas mulheres, aumentando sua autoestima, mostrando sua capacidade em manusear instrumentos e técnicas que desconheciam e, conseqüentemente, reduzindo as barreiras entre trabalhos masculinos e femininos.

A revolução industrial transformou o trabalho, por exemplo, quando o trabalho dos artesãos passou a ser controlado pelos capitalistas, foi substituído por uma força de trabalho menos especializada, porém mais barata. Isso permitiu ás mulheres se juntarem ao processo produtivo em áreas não relacionadas ao seu trabalho tradicional em casa.

O trabalho feminino passou a ser indispensável para a indústria, mas também não deixou de ser imprescindível para os cuidados com a casa. Assim, começaram a surgir leis de

proteção ao trabalho feminino, como a licença-maternidade, a restrição da jornada semanal de trabalho e a limitação do trabalho noturno, para que os papéis femininos relacionados à família não ficassem prejudicados.

Conforme Monica Carvalho

[...] O Brasil atravessa por várias alterações econômica, social e demográfica, que mostra diretamente sobre a força produtiva. Com a industrialização consolidada, reestrutura seus meios produtivos e se torna cada vez mais urbano. Profundas transformações, fortalecidas pelos movimentos feministas também ocorreram nesse mesmo período, nos padrões de comportamento, e no papel da mulher na sociedade, fazendo com que mais mulheres atuassem na vida pública, e facilitando a entrada da mulher no mercado de trabalho [...] (2013, pag.180)

A redução do número de filhos por mulher, nos lugares mais desenvolvidos do país, a evolução do nível de escolaridade e o ingressar de mais mulheres a universidade contribuíram para essa evolução.

A recessão faz com que a população econômica ativa se desloque dos setores primários e secundários para o setor terciário, fazendo parte dele ocupações como atividades administrativas, comerciais, bancárias e sociais, prestação de serviços e o emprego na administração pública, áreas em que a mulher sempre obteve mais sucesso de inserção, o que impediu que fossem expulsas do mercado de trabalho devido à crise.

1.3. A EVOLUÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

Atualmente o perfil das mulheres tornou-se muito diferente daquele do começo do século. Além de trabalhar e ocupar cargos de responsabilidade assim como os homens, ela aglutina as tarefas tradicionais de ser mãe, esposa e dona de casa. Trabalhar fora de casa é uma conquista relativamente recente das mulheres. Ganhar seu próprio dinheiro, ser independente e ainda ter sua competência reconhecida é motivo de orgulho para todas.

Apesar da evolução da mulher dentro de uma atividade que já foi exclusivamente masculina e de ter adquirido mais instrução, os salários não acompanharam este crescimento. As mulheres ganham cerca de 30% a menos que os homens exercendo a mesma função. Conforme o salário cresce, cai a participação feminina. Entre aqueles que recebem mais de vinte salários, apenas 19,3% são mulheres. (Falcão2003)

Embora exista certa discriminação em relação ao trabalho feminino, a mulher vem conseguindo um espaço muito grande em áreas que antes eram reduto masculino e ganha o respeito mostrando um profissionalismo muito grande. Apesar de ser de forma ainda pequena, torna-se cada vez maior o número de mulheres que ganham mais que o marido. O grande

desafio para as mulheres dessa geração é tentar reverter o quadro da desigualdade salarial entre homens e mulheres.

1.4. O PODER DA MULHER NO MERCADO

As mudanças provocadas pela sua relação com o mercado de trabalho influenciaram e continuam influenciando a demografia e o modo de vida dos anos seguintes. Questões já discutidas como a redução da fecundidade, a mudança da dinâmica familiar com o aumento do tempo em que ela se dedica ao trabalho e carreira só refletem o que temos visto no mercado (Limeira 2008).

Além de todas essas características medidas por números, outras igualmente importantes ligadas ao comportamento têm mudado seus valores, atitudes e estilos de vida. O modo como elas veem a si mesmas e seus sonhos mudaram e ainda continua mudando.

De acordo com Limeira (2008), no livro “Comportamento do consumidor brasileiro”, existe três modelos de identidade feminina:

A Cinderela: Aquelas mulheres que sonham em encontrar seu príncipe encantado, se casarem, ter filhos, enfim, sua identidade social gira em torno do casamento, outro modelo chamado a Carmem, que se preocupa com a beleza física, quer ser sempre atraente, percebida, conquistada pelo homem, e finalmente o modelo Jane Fonda, que tem três aspectos: o envolvimento profissional luta por posições sociais tradicionalmente masculinas e a expectativa de transformação do mundo. Esse último modelo nos traz uma mulher independente. (Sebrae 2014, pag.176)

Segundo a autora, um dos maiores erros em muitas iniciativas de marketing e comunicação é a visão simplista que enxerga somente uma dessas facetas nas mulheres, como se fossem somente um desses modelos, no entanto a mulher contemporânea luta para que haja a integração dos três modelos e ela possa ser tudo o que desejar, conquistando o direito de ser sedutora, dona de casa e trabalhar fora.

A verdade é que a mídia como agente formador de opinião, tem contribuído para a criação e/ou manutenção de papéis sexuais estereotipados, cujos perfis são generalizados, o que muitas vezes pode confundir o empreendedor e desviar o seu foco do que realmente importa. Limeira (2008) ainda complementa,

Então, o empreendedor tem que estar atento a conhecer os anseios da mulher, o que ela valoriza, e não confiar em estereótipos ao planejar os produtos e serviços direcionados a ela? Essa informação é correta, mas tem muito mais. Desde antes de a mulher ter entrado no mercado de trabalho, já era ela quem decidia boa parte das compras de uma família. Como o marido trabalhava fora e ela cuidava da casa e da família, era a responsável pelas compras do supermercado e outros artigos para o bem-estar familiar. Ela já tinha grande poder de decisão ou de influência no processo de compra, mesmo que o dinheiro não saísse de seu bolso. (Sebrae 2014, pag.176)

As mulheres têm hoje um fôlego financeiro maior do que em qualquer outro período da história. O seu grande poder de consumo hoje em dia vem da sua capacidade de ganhar dinheiro, sem a necessidade de dar satisfação de cada centavo gasto a ninguém.

2. O AGRONEGÓCIO

2.1. O CONCEITO DE AGRONEGÓCIO. BREVE HISTÓRICO DA AGRICULTURA BRASILEIRA.

Pode-se definir o agronegócio como uma cadeia produtiva que compreende desde a fabricação de insumos, preparados nos estabelecimentos agropecuários, e modificada até seu consumo. Essa cadeia engloba atividades fundamentais: pesquisa e assistência técnica, processamento, transporte, comercialização, crédito, exportação, serviços portuários, distribuidores (dealers), bolsas e o consumidor final (CONTINI *et al*, 2006).

O agronegócio ainda pode ser entendido como o conjunto das atividades de produção, estoque e distribuição de suplementos agrícolas e dos produtos produzidos através deles (DAVIS; GOLDBERG, 1957).

No princípio das civilizações, os homens viviam em bandos. Eram nômades e sobreviviam de acordo com a disponibilidade de alimentos que a natureza lhes proporcionava. Dependiam da colheita de alimentos silvestres, da caça e da pesca. Entre os grupos, não havia cultivos, criações domésticas e nem sequer trocas de mercadorias. Dessa forma, passavam por momentos de fartura ou de escassez. Em cada local que um grupo se abrigava, a coleta, a caça e a pesca se tornavam fáceis no início e, com o passar do tempo, mais difíceis e afastadas, até o momento que os obstáculos para conseguir alimentos se tornavam tão grandes que os forçavam a mudar de lugar. Com o decorrer do tempo, descobriram que as sementes das plantas podiam ser cultivadas e os animais domesticados e criados em cativeiro. Deu-se então o início da agropecuária e também do estabelecimento do homem em lugares predefinidos. Durante milhares de anos, as atividades agropecuárias conservaram-se de forma extrativa, retirando o que a natureza lhes proporcionava. A evolução da tecnologia era muito lenta, inclusive das técnicas mais simples, como as adubações com materiais orgânicos e a preparação dos solos. Com o estabelecimento do homem na terra, desenvolveram-se comunidades e diferentes organizações, no que se refere ao modo de produção (ARAÚJO, 2007).

Normalmente, a economia dos países é classificada em três setores: o primário, que emprega meios naturais para produzir matérias primas (agropecuária, silvicultura, pesca extrativismo vegetal e mineral, etc.); o setor secundário, que converte as matérias primas em recursos intermediários e de consumo final (indústria de transformação, construção civil, energia, etc.); e o setor terciário ou de serviços (transporte, comércio, telecomunicações, etc.) (NUNES, 2012).

Ainda de acordo com o autor, até meados do século XX, essa maneira de caracterizar os setores da economia e suas correlações pode ter sido apropriada ao tema do estudo, mas, a partir de então, essa classificação perdeu a conexão com a realidade. Os estabelecimentos agropecuários eram comparativamente auto-suficientes, produzindo internamente grande parte das matérias primas e da energia usadas nos trabalhos agropecuários e no sustento das famílias. A partir da Revolução Verde, os estabelecimentos agropecuários começaram a obter no mercado insumos fabricados pela indústria química, máquinas e equipamentos fabricados pela indústria metalúrgica, assim como combustíveis da indústria petroquímica. Dessa forma, o setor primário passou a usar intensivamente produtos dos setores secundários e terciários. A Revolução Verde se deu através de sucessivas mudanças e os diferentes estabelecimentos se adequaram à evolução tecnológica em tempos distintos, sendo que alguns desapareceram durante o processo.

Ainda existem agricultores que utilizam técnicas consideradas antiquadas. Os animais de tração dos estabelecimentos agropecuários foram trocados por tratores, equipamentos, combustíveis e lubrificantes. A mecanização proporcionou o desenvolvimento da produção agrícola por dois motivos: o crescimento da produtividade do trabalho e do capital físico, e a concessão de terras designadas à produção de forragens anteriormente utilizadas com os animais de tração. O estabelecimento ficou mais subordinado a seus fornecedores, assim como a necessidade de capital de giro.

A ligação entre “modernidade” e “agricultura” no Brasil tem uma longa história. Então, de acordo com Heredia, Palmeira e Leite (2010) é importante afirmar que:

Desde, pelo menos, a segunda metade do século XIX, pensadores e homens de ação opõem propostas de uma “agricultura” ou mesmo de uma “indústria rural” moderna ao que seria uma agricultura “tradicional” ou “práticas tradicionais” das empresas agrícolas. Assim foi com a introdução dos engenhos a vapor e com as usinas de açúcar no Nordeste canavieiro; ou com o uso sistemático de máquinas no arroz e no trigo no sul do país nos anos de 1950. Mas foi, sobretudo a partir dos anos de 1970 – com a política de “modernização da agricultura” promovida pelo regime militar –, que se começou a falar mais explicitamente da existência de uma “agricultura moderna” ou de uma “agricultura capitalista” no Brasil, de “empresas rurais” (figura contraposta no Estatuto da Terra ao “latifúndio”) e de “empresários rurais”. (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010).

Até a década de 1960, antes da modernização da agricultura, a tecnologia usada em grande parte das terras agrícolas era menos aprimorada e exclusiva a alguns cultivos, como o café para a exportação, por exemplo. Mas isso não desqualifica o raciocínio das atividades de grande parte dos agricultores e, muito menos, indica que seu resultado seja basicamente negativo. O modelo anterior apenas não se adaptava à proposta de modernização

da economia brasileira do período por não estar incluído ao setor produtor de bens industriais para o campo e por fabricar em menor proporção (SILVA; BOTELHO, 2014).

Em meados da década de 1960 até o final da década de 1980, a agricultura brasileira passou por um intenso processo de transformação, aumentando as taxas significativas e modificando suas fontes de crescimento. Nesta fase de transformações, as produções da terra e do trabalho se encaixaram no processo de crescimento do setor. Essas transformações foram proporcionadas, principalmente, por um método específico de modernização agrícola. Esse método tinha como núcleo central a expansão do crédito rural subsidiado designado à compra de insumos modernos, ligada a um acentuado processo de substituição de importações (CONCEIÇÃO; CONCEIÇÃO, 2014).

Na década de 1960, houve crescimento da lista de políticas voltadas para a mudança do cenário produtivo do setor primário. Diversos grupos, conduzidos por um modelo de desenvolvimento econômico do país, aspiravam à modernização da agricultura no Brasil. Neste sentido, a necessidade de transformação no padrão tecnológico significou, principalmente, uma grande oferta de produtos para exportação incluída nos setores de bens de produção agrícola. O modelo tecnológico que estava em vigor era insuficiente, portanto pretendia-se aumentar a produção. Conseqüentemente, isso exigia pesquisas relativas à geração de tecnologias. A participação dos cientistas mostrou-se relevante nesse contexto e existe um grande esforço por parte do Estado em profissionalizar os pesquisadores das ciências agrárias nesse período (SILVA; BOTELHO, 2014).

Graças ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, a agricultura brasileira teve um grande estímulo entre as décadas de 1960 e 1980, possibilitando o domínio de territórios antes considerados inapropriados para a agropecuária. Com isso foram ofertados diversos produtos, e o Brasil foi apontado como aquele que comandou a agricultura tropical (CONCEIÇÃO; CONCEIÇÃO, 2014).

Ainda de acordo com os autores, a partir da década de 1980 a estratégia de modernização começou a esfriar. Ao final desta década, diminuíram-se consideravelmente as aplicações públicas fiscais e financeiras no setor agrícola, pois o crédito rural e o preço mínimo foram intensamente sacrificados. A partir de 1985 já se tinha traçado a estrutura de uma política agrícola direcionada para o mercado. A justificativa para essa modificação era o desaparecimento do modelo de substituição de importações e o início do procedimento de abertura da economia. Na década de 1990 manifestaram-se limitações resultantes da abertura da econômica e da crise fiscal. Foi um desafio à agricultura brasileira.

Filho (2014, p. 398, 399) divide a trajetória tecnológica da agricultura brasileira em três momentos:

O primeiro momento vai da década de 1960 até meados da década de 1970. O segundo inicia em meados da década de 1970 e termina por volta do início da década de 1990. O terceiro, e último momento, segue do início da década de 1990 até o presente.

O autor ainda cita fatos importantes de cada um desses momentos. São eles:

- **1960 até meados da década de 1970:** em 1960, a produção da soja atinge o valor da produção do trigo na região Sul do país; criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) pelo governo federal em 1965; criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em 1973;
- **De meados da década de 1970 até início da década de 1990:** criação do Embrapa Soja no Estado do Paraná em 1975, e do Programa Nacional do Alcool (Pró-Alcool), no mesmo ano; em uma pesquisa realizada pela Embrapa na década de 1980, a inserção de bactérias (que absorvem o nitrogênio do solo) possibilitou o aumento da produção com menor uso de fertilizantes, favorecendo o crescimento da escala produtiva; através do aumento da escala produtiva no Centro-Oeste, possibilitou-se a mecanização, favorecida pelo terreno de planaltos e pelo seu baixo custo;
- **Da década de 1990 até 2014:** houve intensa modificação institucional da economia brasileira, criação de mercado e consolidação monetária (Plano Real); na segunda metade da década de 1990, houve desenvolvimento de programas de financiamento; em 1996, estabeleceu-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e, em seguida, o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota). Estes projetos foram relevantes para a melhoria da frota de tratores e colheitadeiras na agricultura brasileira; em 1995 foi criada a Medida Provisória da Biossegurança, decretada e atualizada em 2005; em 1997 foi estabelecida a Lei de Proteção dos Cultivadores (LPC); a partir de 2002 houve intenso desenvolvimento da economia internacional, estimulada pelo crescimento das economias emergentes, o que exigiu maior gasto de alimentos; em 1997, confirmou-se o primeiro plantio de soja geneticamente modificada. Mas a legalização de plantios geneticamente alterados se dará futuramente: o da soja em 2003, o algodão em 2005 e do milho em 2008;

posteriormente, houve a adoção de técnicas agrícolas precisas, com o objetivo de aumentar a eficácia do uso dos recursos produtivos.

Por fim, é importante ressaltar, que o Brasil apresenta condições propícias para uma constante expansão de mercado, como por exemplo, um espaço territorial abundante, mão de obra acessível e várias questões associadas ao ambiente internacional. Sendo assim, o país é julgado por especialistas como o mais importante candidato ao posto de fornecedor alimentício global (CONCEIÇÃO; CONCEIÇÃO, 2014).

2.2. A IMPORTÂNCIA DO AGRONEGÓCIO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

De acordo com Rodrigues (2006), o agronegócio brasileiro apresenta êxito, pois superou vários obstáculos em sua história de desenvolvimento. Alguns com características externas ao setor, como as alterações macroeconômicas motivadas pela inflação e por problemas cambiais. Outros, específicos da atividade, como o aperfeiçoamento da tecnologia tropical, o reconhecimento de áreas adequadas ao plantio de grãos no cerrado e o incentivo de empreendedores do Sul do País, vários deles pequenos produtores, a se estabelecerem nas novas fronteiras agrícolas. Com o auxílio do governo federal, o setor expandiu os investimentos no campo, expandiu a produção, gerou emprego e renda, proporcionou o desenvolvimento do interior e incentivou as exportações.

Graças ao agronegócio, as cidades do interior brasileiro estão subindo em qualidade de vida e a população voltou a valorizar os campos e o meio rural. Ele vem se modificando na escola de negócios internacionais, estabelecendo novos mercados e novos contatos para as outras empresas brasileiras, até mesmo de outros segmentos (BANCO DO BRASIL - DIRETORIA DE AGRONEGÓCIO, 2004).

O agronegócio, atualmente, se manifesta como uma das esferas fundamentais da economia brasileira, tanto em termos de produção de renda e emprego quanto do auxílio para o desempenho da balança comercial do país. São inquestionáveis as mudanças ocorridas no setor rural nos últimos trinta anos. É evidente que a expansão do agronegócio brasileiro, com constantes quebras de recordes de produção, produtividade e de exportações, representa o grande apoio do governo brasileiro na política de controle da inflação e para a geração de saldos significativos na balança comercial (JÚNIOR; OLIVEIRA; SANTOS, 2012).

Para Araújo (2007, p.29), o agronegócio brasileiro apresenta as seguintes contribuições:

Nas relações internacionais, o agronegócio brasileiro deu, desde o ano de 1500, forte contribuição para a economia do país, marcando épocas de ciclos econômicos,

como: pau-brasil, açúcar, café, borracha, cacau, algodão, fumo, soja, frutas e derivados, carnes, couros, calçados e outros.

Essa contribuição foi mais relevante ainda nos últimos anos, quando o Brasil abriu as portas às importações e não teve a mesma resposta às exportações de modo geral. Porém, o agronegócio, sobretudo a produção agropecuária, tem respondido muito bem às expectativas e vem servindo como âncora para todos os programas econômicos do país e salvando a balança comercial brasileira.

O agronegócio brasileiro engloba atividades relacionadas, principalmente, a insumos para a agricultura, como fertilizantes, defensivos, corretivos, a produção agrícola, abrangendo lavouras, pecuária, florestas e extrativismo, o agro industrialização dos produtos primários, transporte e comercialização de produtos primários e processados. Mapa (2011 apud PACHECO *et al*, 2012)

De acordo com Bergamaschi (2012), a opinião pública é influenciada a crer no conceito de que a indústria é o segmento mais eficiente da economia e, mais recentemente, o dos serviços. Mesmo a teoria do desenvolvimento econômico, reconhecida nos anos 1960 e 1970, sugeriam que a agropecuária estava ligada ao dilema da tendência secular à insignificância, que, com o processo do crescimento econômico, teria queda da atuação setorial na renda e no emprego. Baseado nisso, criou-se um preconceito contra a agropecuária, e o Brasil estaria regredindo no seu processo evolutivo, já que esse setor apresenta a maior participação no PIB e a maior taxa de crescimento. Essa atividade incomoda aqueles que não compreendem que o único segmento econômico presentes em todos os recantos do território brasileiro, inevitavelmente ligado à fundamental inclusão nacional que engloba regiões ao processo de desenvolvimento.

Para a autora, o agronegócio ainda não recebe da opinião pública a consideração que merece em virtude das políticas governamentais. Frequentemente surgem nos debates características desfavoráveis a respeito das influências dos empreendimentos agropecuários e agroindustriais, sobretudo no campo ambiental. O agronegócio está relacionado ao profissionalismo, ao valor incorporado, ao progresso, ao moderno. Gera empregos que demandam elevada preparação. Exigem pesquisas na área do conhecimento, assistência técnica, organização, controle de qualidade eficaz em produtos e processos e, sobretudo, boa gestão.

A maior evidência disso é a alta taxa de expansão da produtividade agropecuária e agroindustrial brasileira, o desenvolvimento das exportações, o amplo abastecimento do mercado interno, o potencial significativo da competitividade com sustentabilidade nas dimensões econômicas, sociais e ambientais.

Filho (2010, p. 71) afirma que um dos desafios do agronegócio brasileiro seria o estabelecimento de sistemas de produção sustentáveis em face da expectativa global:

Um dos grandes desafios impostos ao agronegócio nacional é a consolidação de sistemas de produção sustentáveis diante da expectativa global, pois o setor é considerado o celeiro do mundo devido à disponibilidade de terras, ao clima propício à produção agropecuária e ao desenvolvimento tecnológico. Somado a isso, o agronegócio tem ainda como desafio conciliar as melhores técnicas de modo a minimizar os impactos ambientais e sociais, aumentando a produtividade e ainda promovendo o resgate do valor que o setor possui no Brasil, desde as comunidades vizinhas até mercados importadores.

De acordo com Guanziroli (2006, apud AMARAL; SOUZA; WANDER, 2013) o agronegócio brasileiro se mostra um dos setores fundamentais da economia, tanto na produção de renda e emprego quanto nos efeitos positivos evidenciados na balança comercial do país. É uma prática responsável por quase um terço do PIB brasileiro. Nos últimos dez anos, o crescimento da disputa entre a pecuária e a agricultura no Brasil, juntamente aos empenhos tanto por parte do governo quanto da iniciativa privada para a difusão do produto agrícola brasileiro no exterior, proporcionaram crescimentos contínuos das exportações do agronegócio.

Essa evolução na competitividade é também atribuída aos estágios alcançados pelos níveis tecnológicos nas duas últimas décadas, sobretudo pelos produtores rurais. Com isso, atualmente o Brasil pode dobrar a produção de grãos em comparação à década de 80 com o mesmo espaço plantado. Esse progresso só se torna possível graças ao aperfeiçoamento dos insumos, principalmente sementes, adubos e agrotóxicos.

Continietal (2006) afirma que a produção agropecuária brasileira é uma importante referência para o agronegócio, e a análise de seu comportamento recente ajuda a entender melhor a evolução do agronegócio brasileiro. Ultimamente, a tendência é para uma expansão sistemática da produção de lavouras. Esse crescimento tem ocorrido, sobretudo pelo aumento da produtividade, fator de incentivo da produção.

O agronegócio brasileiro desempenha importante função no desenvolvimento econômico ampliado, pois os resultados de transbordamento não se restringem ao próprio mercado de produção de alimentos, mas compreendem outros agentes e processos, desde a aquisição de insumos até o ordenamento final do produto. Pode-se afirmar que o fomento do agronegócio se liga a diversos aspectos (econômicos, social e ambiental) do desenvolvimento sustentável.

É indiscutível que o setor favorece a situação econômica e social do país, mas encara importantes desafios sobre a oposição entre o aumento da produção e a diminuição dos impactos ambientais. Nessa perspectiva, os desenvolvimentos tecnológicos têm sido aliados.

Mesmo longe do nível tecnológico dos países desenvolvidos, a produção do setor tem se expandido rapidamente nas últimas duas décadas. Dessa forma, tem-se notado uma diminuição da pressão de desmatamento no Brasil (SANTOS; FILHO, 2016).

2.3. O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: CARACTERÍSTICAS E DESAFIOS

As cadeias produtivas que integram os complexos agroindustriais do agronegócio brasileiro apresentam diferentes níveis de estruturação e organização. Algumas são muito estruturadas e organizadas, como as relacionadas aos complexos agroindustriais do frango e suíno, da laranja e do setor sucroalcooleiro. Outras são menos estruturadas e organizadas, como as relacionadas à pecuária de corte e ao feijão (STEFANELO, 2008).

A produção agropecuária é muito influenciada por fatores naturais, ou seja, depende consideravelmente da natureza, tanto no seu aspecto estrutural, quanto no seu aspecto conjuntural. Conseqüentemente, a produção de bens agropecuários está mais subordinada a riscos do que as atividades especificamente industriais. Tratando-se de demanda, esses bens agropecuários são caracterizados pela sua dupla baixa elasticidade: elasticidade-preço da demanda e elasticidade-renda da demanda. Isso significa que as diminuições de preço e aumentos da renda dos consumidores não se traduzem, normalmente, em aumento considerável do consumo desses bens. A sazonalidade é outra importante característica da produção agrária. Ou seja, o fluxo de recursos não é constante ao longo do ano. (RAMOS, 2007).

Sobre a dependência entre natureza e sazonalidade e sua relação com a produção agrária, Buainain (2007, p. 53) afirma que:

Essa dependência da natureza e sazonalidade se reflete em uma acentuada rigidez da produção agropecuária, seja para responder às mudanças nas condições do mercado seja para organizar seus fluxos de produção e financeiros de forma a reduzir a necessidade de capital de giro, melhora aproveitar as oportunidades ou proteger-se das flutuações dos mercados.

O autor ainda enfatiza que, na agricultura, a necessidade de capital de giro é relativamente maior do que na indústria. Enquanto na indústria as receitas correntes podem ser usadas para cobrir as despesas correntes, na agricultura despesas e receitas ocorrem em momentos distintos: no decorrer de vários meses, o agricultor deve suprir as despesas com a terra, e só após a colheita obterá a receita resultante da venda de sua produção. Além disso, enquanto a indústria pode se adaptar com certa facilidade às transformações no contexto de mercado, aumentando sua produção caso tenha capacidade inativa ou diminuindo produção corrente, a agricultura só poderá se adaptar na próxima safra.

De acordo com Brandão (2006), o emprego de novas tecnologias no agronegócio apresenta grandes dificuldades pela diversidade de etapas e de agentes compreendidos. torna-se necessário que as tecnologias estejam acessíveis e que existam pessoas motivadas a implementá-las. O estabelecimento de novas tecnologias exige, sempre, a realização de investimentos. Geralmente, esses investimentos possuem longo período de maturação, e a sua materialização só ocorrerá se o ambiente econômico for favorável. Existem também, outros desafios para o agronegócio brasileiro, dentre eles: a crescente agressão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e seus associados, que indica a desconsideração pelo direito de propriedade e a negação de que ciência e tecnologia sejam mecanismos de crescimento do agronegócio, e a boa convivência entre agropecuária e respeito ao meio ambiente e às leis ambientais do país, que é fundamental para a própria sustentabilidade dessas atividades.

2.4. GESTÃO E INOVAÇÃO NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

De acordo com Oliveira; Silveira; Soffner (2006, p.3) pode-se afirmar que:

Em qualquer definição, presume-se que a inovação inicie-se pela concepção de idéias, seguindo-se por uma fase de P&D que resulte na criação de protótipos ou modelos inovadores e, finalmente, que tenha aplicação no mercado ou que tenha utilidade para os clientes. A inovação poderá ser de produtos, de serviços, de processos, de negócios ou na gestão. A lei prevê estímulos à construção de ambientes que favoreçam a inovação e que incluam redes de apoio e alianças estratégicas do nacional ao municipal e que podem inserir a tecnologia internacional. Os ambientes de inovação podem incluir também as incubadoras e parques tecnológicos e, com base em contratos ou convênios, as Instituições de Ciência e Tecnologia - ICT poderão compartilhar os seus laboratórios, equipamentos, materiais e instalações com multiusuários, principalmente micro e pequenas empresas privadas, voltadas à atividade de inovação tecnológica. É permitido às instituições de PD&I firmar acordos de parceria com organizações públicas e privadas visando à melhoria de produtos ou processos.

As inovações se classificam como incrementais e radicais. A primeira ocorre de maneira quase imperceptível e contínua ao consumidor. É o caso, por exemplo, da substituição do vidro por plástico na indústria automobilística e de couro por tecido e/ou borracha em vários sistemas de fabricação. No caso das inovações incrementais, os produtos praticamente conservam as mesmas peculiaridades. No entanto, as inovações radicais são mais intensas e revolucionárias, excedendo o modelo tecnológico existente. Como exemplos podem ser mencionados a máquina a vapor e a microeletrônica. Enquanto a inovação incremental tem uma natureza linear, a radical expressa descontinuidades, irregularidades e incertezas (JÚNIOR et. al).

Sobre o sistema de gestão das empresas rurais brasileiras, Taliarine (2015, s.p.) afirma que:

Um fato muito comum observado no Brasil é a administração das propriedades de pequeno e médio porte, realizada pelos próprios proprietários, que muitas vezes herdaram as terras e não aderiram às novas técnicas de gestão e planejamento na forma de administrá-las.

Ainda que o produtor não possua um grau de escolaridade elevado, não significa necessariamente que ele apresentará uma baixa capacidade operacional, entretanto, um baixo nível de escolaridade dificilmente proporcionará uma boa capacidade de gestão.

Ou seja, os proprietários herdeiros da terra são os próprios administradores. Mas, embora possuam competência para o cargo, um baixo nível de escolaridade provavelmente não possibilitará uma boa capacidade de gestão.

Há uma nova posição acerca das propriedades rurais, em que se busca desenvolver uma agropecuária moderna e diretamente ligada às agroindústrias ou canais de distribuição. Em meio à competitividade, as propriedades rurais estão buscando novos parâmetros para o padrão geral e operacional, julgando o consumidor como o principal agente indicador dos padrões de qualidade. A diminuição dos custos de produção e a busca por faturamento se integram a esse novo modelo produtivo das propriedades rurais (HERDT, 2016).

Frequentemente, as despesas dos insumos envolvidas no agronegócio demonstram serem maiores do que os resultados das colheitas. Desse modo, o empresário rural deve tentar reduzir os custos da produção e valorizar a organização e o controle das atividades, formando informações específicas e adequadas sobre a verdadeira situação da produção e dos resultados das culturas de sua propriedade. A agricultura apresenta importantes funções na vida dos indivíduos, que retiram das propriedades rurais benefícios para seu sustento. Então, o produtor rural deve desenvolver o gerenciamento de seus trabalhos, pois o mercado estabelece produtos de boa qualidade. Um dos métodos capazes de auxiliar no controle é a contabilidade de custos. (HOFER et. al, 2006).

É importante, então, o conhecimento dos objetivos da Contabilidade Rural, que segundo Hofer (2006) são:

Orientar as operações agrícolas e pecuárias; medir e controlar o desempenho econômico-financeiro da empresa e de cada atividade produtiva; apoiar as tomadas de decisões no planejamento da produção, das vendas investimentos; auxiliar nas projeções de fluxos de caixas, permitir comparações performance da empresa com outras; conduzir as despesas pessoais do proprietário e de sua família; justificar a liquidez e capacidade de pagamento junto aos credores. (Crepaldi 2005 apud HOFER et. al, 2006, p.35).

Bühler (2010) afirma que, no agronegócio, os custos se estruturam como custos globais e custos parciais, da seguinte maneira:

- Custo Global: o método de identificação de produção agrícola equivale ao mecanismo inteiro de identificação, registro e alocação dos inúmeros recursos gastos na empresa rural;
- Custos Parciais: a definição do custo parcial da cultura vegetal se dá por meio das contas culturais da contabilidade analítica de exploração.

Nas empresas rurais, assim como nas indústrias, também atua a gestão administrativa, que compreende dois aspectos fundamentais: o processo produtivo e as atividades industriais. Já os sistemas industriais, em virtude da globalização, classificam-se em três blocos: capacidade produtiva (tecnológica), capacidade de inovação e capacidade de coordenação (HERDT, 2016).

A qualificação em gestão de pessoas também se faz necessária para gestores de propriedades rurais. O meio rural se desenvolveu tecnologicamente e muitas atividades, antes manuais, foram substituídas por máquinas. Com isso, as pessoas que continuam nesse meio precisam de qualificação não apenas para utilizar máquinas complexas e compreender dados, mas para enfrentar o mercado de trabalho.

No cenário da economia atual, onde integração e inovação são frequentes, o capital humano é de extrema importância na agricultura e precisa de qualidade e gestão. Além disso, o aumento dos negócios provocou grandes transformações nas organizações, pois a tecnologia gerou sistemas de processamento mais eficientes do que os antes utilizados diretamente pelo ser humano. Dessa forma, um dos avanços fundamentais entre uma empresa e outra é a qualificação das pessoas (PINTO, 2017).

A competitividade do mercado brasileiro e mundial requer que os produtores se atualizem, renovem suas técnicas para um processo satisfatório de produção e administração da propriedade rural. A conquista deste conhecimento depende da sua atuação enquanto gestor, podendo obter também melhor qualidade de seus produtos. Uma melhor gestão do agronegócio pode aumentar os lucros do produtor rural, estimulando seu crescimento e da agroindústria brasileira (HERDT, 2016).

2.5. A SUCESSÃO FAMILIAR NO AGRONEGÓCIO

O processo de sucessão familiar no agronegócio é um tema que desperta atenção, mas ao mesmo tempo causa apreensão entre os envolvidos, pois são várias as questões a serem avaliadas. É um processo repleto de dificuldades que precisam ser superadas para se alcançar um resultado eficiente (ROSSO, 2012).

No meio rural, a sucessão familiar ocorre de duas maneiras: a testamentária e a legítima. De acordo com Rocha (2017, p. 26), elas podem ser definidas da seguinte forma:

A sucessão testamentária pode ser conceituada como aquela em que o autor da herança, ainda em vida e em pleno domínio de suas faculdades mentais, transmite a herança por meio de testamento, que pode ser de três tipos: o testamento público, o cerrado e o particular e, através dele, o testador manifestará seu desejo de quem ficará com o seu patrimônio depois de sua morte. Porém, os herdeiros só receberão o que lhes for direito após o pagamento das dívidas de espólio, ou seja, caso o testador tenha dívidas em longo prazo, os seus bens as liquidarão e, somente após isso, caso houver, os bens restantes serão recebidos. Já a sucessão legítima ocorre através de lei, no caso do falecimento do autor, onde este não deixou testamento declarando suas últimas vontades e deverá sempre obedecer à ordem de vocação hereditária, ou seja, a escala de preferência dos herdeiros para o recebimento da herança, que inclui descendentes, cônjuge, ascendentes, entre outros. Destarte, notam-se dificuldades que serão enfrentadas nas duas formas de sucessão. Na testamentária, destaca-se o caso de dívidas que serão liquidadas, o que pode ser algo desconhecido pelos demais envolvidos e que poderá fazer com que não restem bens a ser destinada a quem lhe é de direito. Quanto à legítima, há o risco de que o herdeiro não tenha aptidão para dar continuidade ao negócio, ou até mesmo no caso de terras em comum, a divisão, na maioria das vezes, irá gerar conflitos.

O processo sucessório é a transição de poderes e patrimônios entre gerações no contexto da produção agrícola familiar, a saída gradativa das gerações mais velhas da gestão de um estabelecimento e a formação profissional de um agricultor. Então, além do aumento do patrimônio material entre as gerações, especialmente da propriedade da terra, o seguimento do processo sucessório na agricultura familiar envolve também a transferência de um patrimônio histórico e sociocultural. Ainda que a agricultura familiar sempre abrangesse essa transmissão de competências, observa-se hoje uma grande tendência a interrupção desse processo (STROPASOLAS, 2011).

Para o autor, alguns fatores têm afetado a continuidade e o papel que os empreendimentos familiares desempenham no crescimento econômico e social da maioria dos pequenos municípios. Podem ser citadas as dúvidas dos jovens rurais, especialmente das filhas dos agricultores, sobre sua condição social determinada pela falta de independência e de emprego e a rejeição em seguir a profissão dos pais ao se mudarem para as cidades. Porém, as novas atividades exigidas pela sociedade às famílias rurais – entre as quais estão: a produção de bons alimentos; a proteção dos recursos ambientais e do patrimônio histórico, cultural e rural e também o turismo rural podem consistir em estruturas para o fortalecimento das comunidades, contrariando a tendência de masculinização e envelhecimento da população rural.

Breitenbach (2017) afirma que é preocupante o contexto que envolve a migração dos jovens do campo para a cidade, principalmente das moças. Conseqüentemente, há um rápido processo de masculinização e envelhecimento da população rural. O objetivo da

transferência de patrimônio entre gerações é afastar as gerações mais velhas do processo de gestão do estabelecimento, formando-se um novo agricultor gestor. Nesta fase há um obstáculo, já que os filhos nem sempre estão aptos a gerir a propriedade, assim como não são orientados ou estão totalmente independentes para o processo de formação e sucessão. Sendo assim, muitos filhos só se encarregam de gerenciar a propriedade quando os pais morrem. O despreparo e, algumas vezes, a falta de vocação para gerir os negócios da família pode provocar uma gestão ineficaz e até mesmo a venda da propriedade.

A autora ainda ressalta a importância de superar a ideia conservadora de que o sucessor familiar deve ser o homem. Ela ainda enfatiza sobre os pais que não contestam a ideia de que filha continue no campo, desde que está se case com um agricultor e vá ajudá-lo em sua propriedade. São poucos os pais que aprovam a ideia da filha mulher responsabilizar-se pela gestão da sua propriedade enquanto sucessora.

3. A INSERÇÃO DA MULHER NO AGRONEGÓCIO

3.1. MULHERES: DO TRABALHO RURAL À GESTÃO NO AGRONEGÓCIO

As trabalhadoras rurais passam despercebidas como cidadãs diante do Estado e da sociedade. Nem ao menos o direito à documentação civil e trabalhista o Estado lhes assegurou totalmente. Por não possuírem documentação completa, essas mulheres encontram obstáculos para ter acesso às políticas públicas da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar. A ausência de documentos torna mais preocupante a privação material ou civil, pois impossibilita e/ou dificulta o acesso aos direitos civis, políticos e sociais. Isso se reflete no cotidiano das mulheres, quando elas enfrentam dificuldades para conseguir atendimento nos postos de saúde e hospitais, poderem votar nas eleições, terem acesso à Previdência Social ou a projetos sociais realizados pelos governos federal, estadual e municipal. Esse cenário complica-se ainda mais, quando as mulheres não possuem documentos civis, elas não podem assegurar a documentação dos seus filhos, colaborando para o aumento da situação de exclusão e discriminação (BRASIL, 2007).

No decorrer da história, a mulher brasileira tem lutado para ganhar destaque, mesmo diante de uma sociedade paternalista e preconceituosa. Deste modo, as más condições de vida e de acesso a políticas públicas, especialmente nas regiões mais carentes do país, estabelecem ainda mais as desigualdades próprias de gênero. As diferenças de gênero na zona rural brasileira se incluem num aglomerado de outras desigualdades sociais, que são consideradas por vezes insignificantes pela sociedade no que diz respeito ao dia a dia das mulheres (RAMOS, 2014).

Até mesmo no cuidado de aves e outros pequenos animais, as mulheres trabalham apenas para o autoconsumo, enquanto a função dos homens nesse serviço se dá por meio de cargos assalariados, permanentes ou temporários. Os homens também tinham maior destaque na horticultura e na floricultura. Esse aumento da participação dos homens está ligado ao maior assalariamento da função. O trabalho da mulher rural é avaliado como uma simples extensão das suas obrigações com os filhos e com o restante da família, um trabalho considerado como uma ajuda, resultante também do ocultamento do trabalho delas (BUTTO, 2011).

Sobre algumas conquistas das mulheres rurais, Silva (2012, p. 245) afirma que:

As trabalhadoras rurais por muito tempo pareceram invisíveis aos olhares do Estado e da sociedade, pois nem direito as documentações civis e trabalhistas lhe foram garantidos. Sendo que, não possuir documentos significa estar desamparada no contexto institucional, social e político. Porém, em 2003, foi criado o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural que passou a atender mulheres

acampadas, assentadas, agricultoras familiares, quilombolas e indígenas, sendo que, sua origem é de 1997. Também essa ação integrou o II Plano Nacional de Reforma Agrária, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e as estratégias de desenvolvimento rural e de inclusão social do Governo Federal. Dessa forma, tornaram-se visíveis perante o Estado, através de seus movimentos reivindicatórios, na luta pela documentação civil. Pode-se dizer que a constituição das trabalhadoras rurais como sujeitos sociais e políticos passou a tomar forma perante o Estado e a sociedade nos anos de 1980, ao questionarem sobre a estrutura hierarquizada do movimento sindical e conquistar o direito de sindicalizar-se, além dos benefícios sociais da previdência, ao serem reconhecidas como trabalhadoras rurais.

Após a inclusão da mulher no mercado de trabalho, as mulheres foram ganhando espaços de diversas formas e tipos de trabalho, o que não reduz as dificuldades enfrentadas. Hoje em dia, a mão de obra feminina é considerada um diferencial. A mulher possui maior disposição para trabalhar, tendo mais persistência, participação, trabalho em equipe e solução de problemas. Esse comportamento assegura às mulheres a oportunidade de criarem uma forma própria de gestão feminina, ao invés de se ajustarem ao padrão de gestão masculina, o que evidencia uma forma de gestão distinta (MACHADO, 2002 apud OLIARI 2017).

Merece destaque a atuação das mulheres no processo de gestão, desenvolvimento e qualificação no meio rural. A mulher tem se destacado muito e se tornado um tema muito debatido, já que tem sido um agente decisivo em relação à divisão social e cultural do trabalho e da produção de renda. Não se restringe mais às atividades domésticas ligadas aos costumes, tradições, valores, herdados das sociedades patriarcais. Em oposição ao pensamento patriarcalista e histórico, a liderança feminina tem se sobressaído na gestão de empresas nacionais e multinacionais na contemporaneidade.

Mulheres ocupam cargos de comando e chefia, sendo responsáveis pelo destino das organizações que comandam. As mulheres estão estabelecendo seu espaço, não apenas no mercado de trabalho, mas no empreendedorismo. Elas se sobressaem, cada dia mais, no contexto da gestão rural brasileira, da agricultura familiar e camponesa. A presença feminina é frequente sobre máquinas agrícolas, em rodas de negócios, nas lideranças familiares ou nos micro empreendimento. Isso demonstra que os setores agropecuários, como os outros setores da sociedade, adquiriram a determinação e o profissionalismo das mulheres. A inclusão da mulher no sistema produtivo consiste num dado excepcional para análise das modificações que vêm ocorrendo com o feminino na modernidade (HAAS; VICENTE, s.d.).

3.2. FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO

A luta da mulher ao longo da história pelo reconhecimento de sua capacidade de interagir com equidade com os homens na vida em sociedade é decorrente de injustiças culturais e econômicas que remontam à antiguidade. Mesmo hoje, em pleno século XXI, a

discriminação de gênero na sociedade e a distribuição de papéis no mercado de trabalho persistem (DIAS, 2013).

Desta maneira, de acordo com Araújo (2018), as mulheres sempre atuaram no campo, mas nas últimas décadas conseguiram conquistar mais espaço e assumir cargos de liderança no agronegócio brasileiro.

Nesse sentido, Yannoulas (2002) aduz que:

Nos mercados de trabalho, existem três formas de discriminação: a direta, a indireta e a auto discriminação. Mesmo tendo sido proibida por normas internacionais (Convenção da ONU de 1979 sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher) existe ainda a discriminação indireta, praticada informalmente, de forma a influenciar o comportamento “comum” e “apropriado” (YANNOULAS, 2002).

Nesse aspecto, as práticas acima citadas, embora descabido acabe gerando desigualdade entre pessoas semelhantes por sua etnia, raça, gênero, nacionalidade, religião, entre outros (YANNOULAS, 2002).

O grau de discriminação em que as mulheres brasileiras estão sujeitas é tema complexo, pois se manifesta nas relações sociais dos indivíduos e são justificadas por valores culturais. Para tanto, os resultados e as consequências dessas discriminações resultam em escolhas por ofícios mal remuneradas e pouco prestigiadas (YANNOULAS, 2002).

Contudo, a discriminação de gênero na sociedade e a distribuição de papéis no mercado de trabalho ainda são muito marcantes. De acordo com pesquisas feitas e dados apurados, com exceção do trabalho doméstico e do emprego público estatutário, os homens são maioria dentro da população ocupada nas diversas formas de inserção, dentre elas, empregado com e sem carteira no setor privado, ocupação por conta própria e empregadores (DIAS, 2013).

O estado liberal e bem-estar social não deram conta de lidar com a questão dos direitos das mulheres. Na política liberal, pretendeu-se garantir às mulheres uma igualdade de oportunidades no âmbito do trabalho, prestígio social, nível de educação formal, poder político, etc. A igualdade formal alcançada, no entanto, só evidencia a desigualdade de tratamento factual a que as mulheres estavam submetidas (DIAS, 2013).

A política socioestatal, em especial no direito social, do trabalho e de família, em reação às desigualdades evidenciadas na política liberal, instituiu “regulamentações especiais, relativas à gravidez ou maternidade, ou então a encargos sociais em casos de divórcio” (DIAS, 2013).

O delineamento dessas proteções, a depender de sua configuração, acaba por reforçar uma expectativa em relação à atuação da mulher na sociedade, atribuindo-lhe a

responsabilidade por sua manutenção, que se expressa pelo cuidado com a casa e com os filhos gerados, quase que exclusivamente, sem a participação efetiva do homem (DIAS, 2013).

Para Yannoulas (2002), ainda no âmbito profissional

Ocorrem dificuldades para ascensão profissional em virtude de responsabilidades familiares; maior dificuldade para aceitação no mercado ou até mesmo demissão por causa da maternidade; assédio sexual; entre outros. Observa-se ainda que mulheres da raça negra sofram consequências ainda maiores, pois, neste caso existe uma dupla discriminação (YANNOULAS, 2002).

A diferenciação de salários também é questão acentuada, pois quando comparada as profissões femininas, os homens ganham mais, mesmo exercendo o mesmo papel e desenvolvendo as mesmas funções das mulheres (GOLDENBERG, 2000, p.110).

Os avanços são consideráveis, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido. Um dos reflexos dessa repressão é que, embora desempenhem função importante na propriedade, em muitos casos ainda não se veem como protagonistas (KARPINSKI, 2017).

3.3. PERFIL DAS MULHERES GESTORAS

Para Adriane Renata (2017), o trabalho para ser fonte de prazer necessita estar entre as coisas da vida em que se gosta, só assim ele será o mais apazível possível. Uma gestão apaixonada transmite o poder da atração, no seu bom sentido. Aquele que garante ter juntado do gestor pessoas tão apaixonadas quanto ele, que comungam de sonhos e valores semelhantes e que querem, juntos, vencer, objetivarão o sucesso.

Nesse mesmo aspecto, no contexto da gestão, encontram-se muitas mulheres desempenhando diferentes papéis. Ao analisar a história da mulher na sociedade, entende-se que sua participação deu-se muito recentemente, a começar pelo fato de só ter adquirido o direito ao voto em 1917 (BINOTTO et al., 2014).

Para tanto, de acordo com Binotto et al. (2014), em relação a entrada das mulheres no mercado de trabalho

Vale apresentar uma retrospectiva que evidencia as características gerenciais femininas, destacando: humildade, estabilidade emocional, objetividade, paciência, auto renúncia, intuição. Contudo, apesar de todos esses valores, reconhecidos como necessários para a gestão contemporânea, a inserção da mulher no campo gerencial ainda encontra uma série de limites. A entrada das mulheres no mercado de trabalho, contudo, destaca-se o limite hierárquico, ou seja, ela pode ascender, em alguns casos, até certo ponto, contanto que seu superior imediato seja um homem, mostrando que, ao mesmo tempo em que a sociedade do conhecimento requer características de flexibilidade, inter-relacionamento, criatividade, valores reconhecidos como predominantemente femininos, as oportunidades de ascensão a cargos gerenciais ainda são muito restritas para as mulheres (BINOTTO et al., 2014).

Atividades gerenciadas e desenvolvidas em estabelecimentos agropecuários por mulheres se justificam pelo instinto em que as mesmas adquiriram no decorrer de suas vidas. Isto, pois, muitas cresceram vendo essa prática bem de perto.

As pessoas atraem o que emitem. Por isso, desejar ser uma pessoa interessante, uma gestora interessante, é o início de toda uma trajetória de sucesso. E não importa se a gestão em que se faz seja dentro de uma grande empresa, campo, ou se empresa está dentro da sua casa ou se a sua gestão é, no momento, somente os cuidados com a sua própria casa e família (ADRIANE, 2017).

O comparecimento da mulher na liderança dos negócios é uma realidade no Brasil e no mundo. No agronegócio esse cenário não é diferente. São esposas, filhas, mães ou mesmo avós que, em um meio predominantemente masculino, se destacam pela eficiência de coordenar as fazendas, criações, escritórios, gabinetes e outros setores, direta ou indiretamente, ligados ao mundo agro (ROSA, 2018).

Conforme Rosa (2018)

As mulheres tem buscado cada vez mais profissionalização, desde a formação acadêmica, até à educação especializada, mestrados, doutorados ou cursos de conhecimento aplicado. Elas se evidenciam e assumem posições importantes no campo ou na cidade, pois estudam e se preparam muito mais e melhor. A alta adesão aos cursos existentes pela profissionalização das mulheres em Gestão Rural é uma prova disso. As mulheres são realmente pioneiras em inovar. Elas querem mostrar uma nova administração, mais sensível e adaptada às necessidades do mercado e, nesse aspecto, as informações e ferramentas em gestão e marketing são o caminho. Se comparadas aos homens, de maneira geral, são mais ágeis ao lidar com diversas situações simultaneamente, a arriscar em novos projetos e na formação de parcerias (ROSA, 2018).

A mulher no agronegócio tem ganhado prestígio e conquistado seu espaço. Essa afirmação se justifica por sua capacidade e desenvolvimento profissional, pois estas, têm cada vez, mais buscado conhecimento profissional ensejando em uma melhor desenvoltura de suas funções o que as tornam tão capacitadas e competentes quanto os homens.

As mulheres já nascem gestoras, por excelência. Independente se elas almejavam isso mesmo ou não para as suas vidas, ainda no contexto atual, entre os tantos papéis sociais que se espera que as mulheres assumam, está esse de fazer gestão (ADRIANE, 2017).

O rótulo do sexo frágil não existe mais. As mulheres de hoje são aptas de gerenciar a casa, cuidar do marido e dos filhos e, ainda assim, estão dispostas a criar novos rumos e trabalhar em outras áreas. Elas quebram os paradigmas, se cobram e cobram aos outros da mesma maneira. Com isso, exercem a capacidade de liderar e se destacam pela visão empreendedora (ROSA, 2018).

Precisam-se ter mais mulheres a frente de negócios, assumindo cargos políticos e atuantes na forma de atrair, formar opiniões. Pois as mulheres possuem um potencial nato, para a gestão, precisa-se apenas ser reconhecido e valorizado. E para isso a primeira coisa que necessita ser feita é se unirem e forem mais solidárias, respeitadas umas com as outras e menos competitivas (ADRIANE, 2017).

3.4. PERCEPÇÃO DAS MULHERES GESTORAS QUANTO ÀS DIFICULDADES ENFRENTADAS

Há muitas pesquisas de diversos lugares do mundo sobre a participação feminina no empreendedorismo. Independente das instituições de pesquisas que fazem estes estudos, todos comprovaram que qualquer ambiente rico em diversidade, seja de nacionalidade, religião, raça ou, neste caso, gênero, só tem a ganhar (BUZZ, 2017).

Buzz (2017) ressalva que os números são positivos, mas existe uma lista de 7 dificuldades que a mulher enfrenta no mercado de trabalho e como superá-las,

Remuneração inferior à dos homens: Independente do seu cargo converse sobre a igualdade salarial. Tenha um diálogo justo e transparente com o RH da empresa ou com o gestor; Cultura organizacional de algumas empresas: Há empresas que promovem a diversidade nos cargos e funções, mas não estipulam uma porcentagem de mulheres na liderança. Logo, a diversidade de gênero não é apenas positivos para estipular bons valores na cultura empresarial, é bom também para o “bolso” e o futuro da empresa; Ser a única mulher na liderança da empresa: Juntas somos mais fortes! Este é um fato quando se trata de ir contra a uma cultura organizacional que promova uma liderança predominantemente masculina. Isso porque vive-se na era das primeiras executivas brasileiras a ocuparem cargos de liderança em grandes companhias; Dividir/delegar as atividades de casa: As responsabilidades do lar são da mulher e do homem por igual. É importante delegar conversar e equalizar a quantidade de horas dedicadas à manutenção da residência. Isso ajuda a ter energia e dedicação no ambiente de trabalho; Equilibrar a vida pessoal e profissional: Dosar as prioridades corporativas e pessoais é algo importante quando a mulher deseja sucesso profissional. Evidenciar para os parceiros, filhos e amigos a importância do trabalho para a plenitude é uma das lições; Empresas que têm o discurso da diversidade, mas buscam os “iguais”: Como vive-se hoje em uma era que muito se discute sobre minorias, diversidade e igualdade, muitas empresas “adotaram” o discurso, mas não a prática. Por isso, vale a pesquisa da empresa, quem trabalha nela e se os seus valores vão ao encontro dos seus valores; A cobrança maior: As mulheres tendem a ser mais cobradas na entrega das suas atividades quando estão em cargo de liderança. Logo, não aceitar essa condição é o primeiro passo, pois não é necessário sofrer cobranças que não sejam condizentes.

A conquista feminina por bons empregos em posições de prestígio ocorreu apenas nos anos 80. Em meio a um contexto de consideração profissional, destacam-se as mulheres em cargos de gestão, vistas como pioneiras que adaptaram a vida doméstica para dar conta da carreira, mesmo com a existência de fortes barreiras a essa incorporação. É apontado em diversos estudos o alto nível de educação e formação das mulheres, ao mesmo tempo em que a sua participação em cargos de gestão é reduzida (BIASOLI, 2016).

Para que as mulheres tenham as mesmas oportunidades que os homens, dois aspectos são primordiais. São eles: os relacionados com as percepções das funções e das

capacidades das mulheres, tanto pelas próprias mulheres como por outros protagonistas; e os relativos às estruturas de gestão e dos sistemas das instituições, organizações e empresas, consideradas pouco favoráveis ao avanço das mulheres (BIASOLI, 2016).

Apesar da constante desigualdade salarial entre gêneros, deve-se reconhecer que há mulheres em níveis hierárquicos de destaque e com altos rendimentos. Assim, mulheres que atuam em cargos de gestão, ao ganharem tanto ou mais que os homens, influenciam na definição de chefia de família, acabam por permitir possíveis recomposições das relações de gênero na sociedade, embora as responsabilidades das atividades domésticas ainda sejam reconhecidas socialmente como responsabilidades femininas (BIASOLI, 2016).

Na sociedade contemporânea, segundo Seggiaro (2017).

As mulheres estão à frente de muitas organizações, todavia ainda existem resquícios dos séculos passados, limitando o mundo feminino em pleno século XXI. No mercado de trabalho as mulheres ainda recebem sistematicamente menos que os homens, e enfrentam diariamente problemas, como a discriminação de gênero, o assédio, a imposição de padrões de beleza e o machismo, ainda presentes nas empresas. Num passado não muito remoto, as mulheres viviam em casa, somente para um universo de trabalhos domésticos, doutrinadas desde cedo para a submissão aos homens e pouco sabiam sobre sua sexualidade e seu corpo (SEGGIARO, 2017).

Nesse aspecto, as mulheres com cargos de gestão têm a vantagem de possuírem rendimentos que permitem comprar o trabalho doméstico de outras mulheres, gerando o aumento de trabalhadoras domésticas assalariadas, o que viabiliza a vida profissional das mulheres gestoras (BIASOLI, 2016).

Mesmo que essas mulheres dividam ou atribuam essas tarefas domésticas a outras profissionais (babás, empregadas domésticas e cozinheiras), ainda cabem às mães as atividades de cuidado, de brincar, de ensinar, de levar ao médico e de educar os seus filhos (BIASOLI, 2016).

Como destaca o autor, cada vez mais a presença da mulher é significativa no mercado de trabalho, também cresce o número de mulheres chefe de família e o percentual de meninas é maior que o de meninos nas escolas, esses fatores são importantes para diminuir a desigualdade de gênero que ainda persiste no país (SEGGIARO, 2017).

No âmbito familiar e social, Biasoli (2016) ressalta que.

É esperado que a mulher/mãe realize essas atividades com seus filhos mesmo que elas tenham ajuda de outras mulheres. Cabe às mães a orientação sobre valores e limites, embora a terceirização de algumas atividades domésticas torne-se uma saída para conciliar as demandas do trabalho com a gestão da casa e atenção aos filhos. Nessa tentativa de conciliação, as mulheres culpam-se pela ausência no lar, e a culpa feminina aumenta com as cobranças profissionais e a utilização de telefones e e-mail, que acabam por ocupar mais tempo profissional das mulheres. Esses fatores são agravados pelo ambiente hostil do mercado de trabalho. As empresas estão cada vez mais competitivas e proativas, com uma cobrança extrema por resultados e previsões de resultados. Combinado a esse perfil empresarial, as tecnologias

disponíveis permitem que o trabalho seja realizado fora do ambiente profissional, concorrendo com a vida pessoal e o ambiente familiar, o que, em uma sociedade machista, gera mais culpa entre as mulheres do que entre os homens (BIASOLI, 2016).

Conforme exposto, a tarefa de conciliar a vida familiar e profissional é exercida e atribuída às mulheres. Diante disso, postergar a maternidade tem sido uma estratégia adotada pelas profissionais, mas pode-se tornar fonte de sofrimento psicológico para aquelas que não conseguirem engravidar (BIASOLI, 2016).

As mulheres que batalham pelo sucesso e sua autonomia dispõem de menos oportunidades que seus colegas masculinos, pelo fato de que recém chegarem ao mundo dos homens (SEGGIARO, 2017).

Há homens que rejeitam se submeter ao comando feminino, esses homens têm mais segurança em ordens de outros homens, por isso o sexo masculino ainda preenche as melhores vagas e os postos mais relevantes, mostrando que no mundo do trabalho, ainda existem duas raças: a masculina e a feminina (SEGGIARO, 2017).

Há uma crença disseminada na sociedade de que homens e mulheres possuem estilos de comportamento e gestão empresarial distinto em função de seus atributos pessoais. As mulheres em cargos de comando precisam assumir dois papéis diferentes e opostos na sociedade, ao terem que se comportar de forma mais dura, agressiva e autoritária no ambiente profissional (BIASOLI, 2016).

A integração das mulheres no mercado de trabalho ajuda no crescimento do bem-estar de famílias inteiras, refletindo no crescimento econômico e reduzindo a pobreza, ou seja, é importante na definição do desenvolvimento econômico e humano do país (SEGGIARO, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo de relatar a inserção da mulher no mercado de trabalho que se deu por conta de ajudar seus maridos na sustentação da casa depois da guerra.

As mulheres, desde os primórdios da humanidade estavam empregadas predominantemente na agropecuária, nos serviços domésticos em lar alheio ou no serviço de costura por conta própria. Isso porque o trabalho desenvolvido por elas, muitas das vezes eram omissos ou então, desenvolviam suas funções somente em seus lares, o que se limitava em cuidar do marido, filhos e casa.

A mulher sempre foi parte relevante da garantia pela segurança alimentar e nutricional das famílias, por participar historicamente do desenvolvimento da agricultura. Porém, como já mencionado, sua presença permaneceu discreta por muito tempo no setor.

Mediante de pesquisas bibliográfica de reportagens em internet, artigos científicos, observa-se que a maior parte dessas mulheres mostrou os principais impedimentos para ingressar no agronegócio: como a discriminação gênero (por fato de ser mulher) a falta de experiência entre outras.

Hoje a participação das mulheres de maneira ativa nas diferentes ocupações da sociedade integra uma realidade cada vez mais crescente. No agronegócio não é diferente.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Fernando Borges; SOUZA, Kleber Rodovalho de; WANDER, Alcido Elenor. **Importância socioeconômica do agronegócio goiano no cenário nacional: Conjuntura econômica Goiana.** n. 26. p. 35-41, set. 2013.

ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos de Agronegócio.** São Paulo: Atlas, 2007.

ADRIANE, Renata. Mulher Gestora: Seja Atraente. Disponível em: <<https://aempreendedora.com.br/mulher-gestora-seja-atraente/>>. Online, 2017. Acesso em: 09 jun 2018.

ARAÚJO, Naiara. Farming. Mulheres lutam para liderar e conquistar reconhecimento no agronegócio. Disponível em: <<https://sfagro.uol.com.br/mulheres-agronegocio/>>. Online, 2018. Acesso em: 06 jun 2018.

BIASOLI, Patrícia Klaser. Mulheres em cargos de gestão: dificuldades vinculadas ao gênero. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/3672/3665>>. Online, 2016. Acesso em: 09 jun. 2018.

BINOTTO, Erlaine; MORAIS, Manoela; SIQUEIRA, Elisabete Stradiotto; STEFANELLO, Alesandra; APOLINÁRIO, Ludimylle Alves. Mulheres gestoras: caracterizando seu perfil em cooperativas agrícolas. Colégio Politécnico - UFSM, Santa Maria Revista de Gestão e Organizações Cooperativas - RGC RGC - Santa Maria, RS, N° 01, Vol. 01, 1° Sem. 2014.

BERGAMASCHI, Mônica. O impacto do agronegócio na economia brasileira. **Agronalysis.** Abr, 2012.

BUZZ, Rock. **Profissional & Negócio: 7 principais dificuldades das mulheres na esfera corporativa.** Disponível em: <<http://profissionalnegocios.com.br/7-principais-dificuldades-das-mulheres-na-esfera-corporativa/>>. Online, 2017. Acesso em: 09 jun 2018.

BRANDÃO, Antônio Salazar P. Conquistas e desafios do agronegócio brasileiro. **Revista de Política Agrícola**. n. 1. p. 117-118, jan/fev/mar/2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia. Políticas para as trabalhadoras rurais: relatório de gestão do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do MDA/Inra. –Brasília: MDA, 2007.

BREITENBACH, Raquel. **Sucessão familiar: desafio para a gestão rural**. Web Artigo, 2017. Disponível em: <www.destaquerural.com.br/2017/06/06/sucessao-familiar-desafio-para-gestao-rural/>. Acesso em: 20 abr 2017.

BUAINAN, Antônio Márcio. Modelos e principais instrumentos de regulação setorial: uma nota didática. In: RAMOS et. al. **Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas**. Brasília: Nead Estudos, 2007.

BUHLER, Oscar Dirceu. Manual de Administração de Agronegócios. UERP, 2010.

BUTTO, Andrea; BRUMER, Anita; BORDALO, Caroline; SILIPRANDI, Emma; JALIL, Laeticia; FARIA Nalu; BRUNO, Regina; WEITZMAN, Rodica; CINTRÃO, Rosângela; CONCEIÇÃO, Júnia Cristina Peres R. da; CONCEIÇÃO, Pedro Henrique Zuchi da. **Agricultura: evolução e importância para a balança comercial brasileira**. Brasília: Ipea, 2014.

CONTINI, Elísio; GASQUES, José Garcia; LEONARDI, José Barros de Aguiar; BASTOS, Eliana Teles. Evolução Recente e Tendências do Agronegócio. **Revista de Política Agrícola**.n. 1. p. 5-28. jan./fev./marc./2006.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade rural: uma abordagem decisória**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R.A. A concept of agribusiness.Division of Research.Graduae School of Business Administration. Boston: Harvard University, 1957.

DIAS, Valéria de Oliveira. **Discriminação de gênero no Brasil, androcentrismo na Ciência Jurídica e a luta da mulher por igualdade e justiça social**. Disponível

em:<<https://jus.com.br/artigos/25209/discriminacao-de-genero-no-brasil-androcentrismo-na-ciencia-juridica-e-a-luta-da-mulher-por-igualdade-e-justica-social/1>>. Online, 2013. Acesso em: 08 jun 2018.

E-FACEQ: revista dos discentes da Faculdade Eça de Queirós, ISSN 2238-8605, Ano 2, número 2, agosto de 2013. Disponível em: <http://efaceq.blogspot.com.br/> Acesso em 28 de Fevereiro de 2018.

FALCÃO, Juliana. **A EVOLUÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO.** Blog O Gênero 2de abril de 2012, Disponível em: <<http://aogenero.blogspot.com.br/2012/04/evolucao-da-mulher-no-mercado-de.html>>. Acesso em 15 de maio de 2018.

FILHO, José Eustáquio Ribeiro Viera. Transformação histórica e padrões tecnológicos da agricultura brasileira. In: BUAINAN et. al (ed.). **O mundo rural no Brasil do século 21. A formação de um novo padrão agrário e agrícola.** Brasília: Embrapa, 2014.

GOLDENBERG, Mirian (Org.). Os novos desejos: das academias de musculação às agências de encontros. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GUANZIROLI, C.E. Agronegócio no Brasil: perspectivas e limitações. Texto para discussão. Disponível em: <<http://www.uff.br/econ>>. Acesso em: 8 jun 2018.

HERDT, Felipe Warmeling. **Gestão e agronegócio: a evolução, empresa rural e administração no meio rural.** Web Artigo, 2016. Disponível em: <www.webartigos.com/artigos/gestao-e-agronegocio-a-evolucao-empresa-ruraleadministracao-no-meio-rural/141064>. Acesso em: 20 abr. 2018.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade Econômica do “Agronegócio” no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** v. 25 , n. 4, p.159-176. 2010.

HOFER, Elza; Rauber, Adriano José; Diesel, Auri; WAGNER, Márcio. Gestão de custos aplicada ao agronegócio: culturas temporárias. **Contab. Vista & Rev.** v. 17, n.1, p. 29-46, jan./mar./2006.

JÚNIOR, Eduardo Gelinski; COSTA, Armando Dalla; GONÇALVES, Flávio de Oliveira; DUENHAS; Rogério Allon. Sistema de inovação do agronegócio brasileiro? Dualismo estrutural-tecnológico e desafios para o desenvolvimento do país. **Desenvolvimento em Questão.** n. 28. p. 279-317, out./dez 2014.

JÚNIOR, Wilson Auto Alves; OLIVEIRA; Edson Aparecida de Araújo Querido; SANTOS, Moacir José dos. **A importância do agronegócio como propulsor do crescimento econômico de Rio Verde-Go.** Web Artigos, 2012. Disponível em: <www.unitau.br/unindu/artigos/pdf416.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.

LESKINEN, M.: “Educación una clave hacia la igualdad”, Revista Observatorio Social, núm. 5, 2004.

LIMEIRA, Tania Maria Vidigal. Comportamento do consumidor brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2008. 380p

MACHADO, Hilka Vier. **Identidade empreendedora de mulheres no Paraná.** Tese(doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós.

MATOS, Marco Antônio; FILHO, David Roquetti. **O bom desempenho internacional do agronegócio brasileiro.** Web Artigos, 2012. Disponível em: <www.esalq.usp.br/visaoagricola/sites/default/files/VA10-visao-setorial09.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Pecuário 2011- 2012 / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.** Secretaria de Política Agrícola. – Brasília: Mapa/SPA, pág. 92. ISSN 1982-4033, 2011.

NUNES, Rubens. **Economia básica para os cursos de graduação em zootecnia, engenharia de alimentos e engenharia de biosistemas.** Web Artigos, fev. 2012. Disponível em: edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3970040/mod_resource/content/1/O_Problema_Econ%C3%B4mico.pdf. Acesso em: 20 abr. 2018.

OLIARI, Terezinha Bernadete Pinto. O comportamento estratégico na gestão feminina de organizações rurais: um estudo empírico. XX SEMEAD, 20, 2017.

OLIVEIRA, Luciel Henrique; SILVEIRA, Marco Antônio; SOFFNER, Renato. Desafios e oportunidades do agronegócio sob o enfoque da gestão do conhecimento e da inovação. In: XXIV SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 24, 2006, Gramados-RS. p.1-17.

OST, Stelamaris. **Mulher e mercado de trabalho.** Rio Grande do Sul: Bacharel em direito pela Universidade Regional do Noroeste, Doutorando em Direito do Trabalho pela Universidade de León – Espanha. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=608>. Acesso em 27 de Fevereiro de 2018.

PACHECO, Alessandro Mendes; SANTOS, Isabella Ribeiro Cardozo; HAMZÉ, Abdul Latif; MARIANO, Renata Sitta Comes; SILVA, Thiago Ferreira; ZAPPA, Vanessa. A importância do agronegócio para o Brasil – **Revisão de Literatura. Revista Científica Eletrônica de Medicina Veterinária.** n. 19. s.p., jul. 2012.

PINTO, Dyovanna Depolo de Souza. **Curso de extensão: capacitação em gestão de pessoas para gestores e outros interessados atuarem em organizações rurais.** Web Artigo, 2017. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2017/trabalhos/pdf/274.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

PINTO MARTINS, S.: *Derecho del Trabajo*, São Paulo, Atlas, 2008.

PROBST, Renata Elisiana. **A evolução da mulher no mercado de trabalho.** Santa Catarina: Instituto Catarinense de Pós – Graduação, 2003. Disponível em: <<http://www.icpg.com.br>>. Acesso em 27 de Fevereiro de 2018.

ROSA, Jussara Costa. Cana – substantivo feminino. **Mulheres crescem na gestão do agronegócio**. Disponível em: <<http://www.canaonline.com.br/mulher/conteudo/mulheres-crescem-na-gestao-do-agronegocio.html>>. Online, 2018. Acesso em: 06 jun. 2018.

RAMOS, Cristiane Pontes. Mulheres rurais atuando no fortalecimento da agricultura familiar local. **Gênero**. v.5, n.1, p. 29-46, 2014.

RAMOS, Pedro. Referencial teórico e analítico sobre a agropecuária brasileira. In: RAMOS et. al. **Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas**. Brasília: Nead Estudos, 2007.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Estudo De Tendência e Oportunidades De Negócio em Goiás**. 31 de julho de 2014. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Estados/Estudo%20de%20Tend%C3%A2ncias%20e%20Oportunidades%20de%20Neg%C3%B3cios%20em%20Goi%C3%A1s.pdf>>. Acesso em 06 de junho de 2018.

SEGGIARO, Felipe Balestrin. **REMAS - Revista Metodista de Administração do Sul**. Disponível em:<<file:///D:/Downloads/496-1541-2-PB.pdf>>. Online, 2017. Acesso em: 06 jun. 2018.

KARPINSKI, Bruna. **A atuação das mulheres se consolida no agronegócio no Brasil**. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/campo-e-lavoura/noticia/2016/11/atuacao-das-mulheres-se-consolidano-agronegocio-no-brasil-8485766.html>>. Online, 2017. Acesso em: 05 jun. 2018.

YANNOULAS, Sílvia Cristina. Dossiê: **Políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho**. Brasília: CFEMEA, 2002.